



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

683
PROPOSTA N.º ✓/2018

Submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa à rede POLIS, nos termos da proposta.

Pelouros: Mobilidade

Vereador: Miguel Feliciano Gaspar

Considerando que:

- a) A mobilidade é uma das áreas com maior impacto na dinâmica da cidade;
- b) Existe uma preocupação crescente em dotar a cidade de condições para que a circulação pedonal se faça de forma segura e confortável;
- c) O transporte público sofreu uma redução da procura que urge reverter, a par da melhoria da oferta;
- d) Existe uma grande pendularidade nas deslocações na Área Metropolitana de Lisboa centrada em Lisboa;
- e) Diariamente entram mais de 370 mil automóveis na cidade, com um consequente grande impacto energético, ambiental e social;
- f) A promoção da mobilidade elétrica tem sido uma das prioridades do Município de Lisboa, mas carece ainda de mais investimento;
- g) Existe uma muito grande pressão de estacionamento à superfície na cidade;
- h) Existe uma crescente utilização de modos ativos de deslocação na cidade, sendo essencial garantir estas tendências, bem como a segurança dos utilizadores;
- i) Existe uma oferta crescente de novos serviços inovadores de mobilidade, partilhados e de acesso através de plataformas eletrónicas, que representam uma alteração da oferta do sistema de mobilidade da cidade;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- j) A logística urbana representa um papel crucial na cidade, sendo necessário garantir o conhecimento e os meios necessários à sua regulação e redução das externalidades negativas;
- k) O aumento do número de visitantes da cidade tem vindo a crescer de forma muito acelerada, e com ele as opções de oferta de mobilidade turística, com importância crescente na cidade;
- l) A mobilidade é responsável por cerca de 40% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) de Lisboa;
- m) O Município de Lisboa, depois de ter subscrito o Pacto dos Autarcas, foi a primeira capital europeia a subscrever o novo Pacto Global do Autarcas para a Energia e Clima, em 2016, no qual se comprometeu a reduzir as emissões de GEE em 40% até 2030;
- n) Portugal ratificou a emenda do Protocolo de Quioto para o período 2013-2020 ;
- o) Portugal se comprometeu, juntamente com os restantes países da União Europeia, no âmbito da preparação do Acordo de Paris, a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) nacionais e subscreveu o Acordo de Paris, na 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21);
- p) O Acordo de Paris aponta à neutralidade carbónica na segunda metade do século;
- q) A União Europeia estabeleceu no *Livro Branco dos Transportes* a meta de reduzir em 60% as emissões de GEE do sector dos Transportes até 2050, estabelecendo a necessidade de eliminar da circulação na Europa dos veículos a diesel e gasolina até 2050, reduzindo o seu número para metade já em 2030;
- r) Portugal estabeleceu um Quadro Estratégico de Política Climática no horizonte 2020-2030, integrando o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030) e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAC 2020);
- s) Em 2017 a Câmara Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), a qual foi igualmente aprovada por unanimidade e aclamação na Assembleia Municipal;
- t) A cidade de Lisboa foi finalista do “European Mobility Week Award 2015”, do “European Mobility Week Award 2016” e do “European Green Capital Award 2019”;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- u) A cidade de Lisboa será a Capital Europeia Verde em 2020;
- v) Face aos desafios na área da mobilidade é do interesse de Lisboa associar-se às cidades que mais se têm destacado no desenvolvimento de soluções sustentáveis e eficazes para os grandes desafios da mobilidade;
- w) A rede POLIS, criada em 1989, é reconhecidamente a mais importante rede de cidades e regiões com foco na área da mobilidade urbana sustentável e segura;
- x) A rede POLIS tem como principais objetivos:
 - a. o desenvolvimento de iniciativas políticas e de inovação na área da mobilidade urbana;
 - b. a troca de conhecimento e experiência entre os seus associados;
 - c. a facilitação do diálogo e cooperação entre as cidades e regiões da rede e entre estas e as restantes instituições do sector;
 - d. o debate sobre os temas mais importantes da mobilidade e transportes e a sistematização de opiniões conjuntas que são divulgadas nos *fora* internacionais;
 - e. a representação das cidades e regiões junto de outras instituições, em especial junto das Instituições Europeias;
 - f. o incentivo à criação e adopção de medidas de sustentabilidade e segurança dos sistemas de transportes, nomeadamente no que concerne à criação de legislação e à atribuição de fundos;
- y) A rede POLIS apoia ativamente os seus associados na angariação e desenvolvimento de projectos na área da mobilidade, em particular projetos cofinanciados pela União Europeia;
- z) A rede POLIS conta como membros algumas das principais cidades e regiões europeias;
- aa) A rede POLIS disponibiliza informação e ferramentas de apoio à decisão e implementação de soluções de mobilidade sustentáveis;
- bb) Os membros da rede POLIS organizam-se em Grupos de Trabalho com vista à prossecução dos seus objetivos;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

cc) A quota anual para cidades membro com uma população residente entre quinhentos mil e um milhão de habitantes é de 10.395,00 Euros;

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos das alíneas c), k) e p) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea n) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- 1) Submeter à Assembleia Municipal aprovar a adesão do Município de Lisboa à rede POLIS, e autorizar a realização da despesa no montante de 10.395,00 Euros (dez mil trezentos e noventa e cinco euros) anuais para pagamento da respetiva quota, com o enquadramento na orgânica 18.00, rubrica económica 06.02.03.03, Extra Plano, do orçamento em vigor;
- 2) Aprovar a minuta do formulário de adesão à rede POLIS, em anexo;
- 3) Mandatar o Vereador Miguel Feliciano Gaspar para submeter e assinar a candidatura e adesão;

Lisboa, 17 de outubro de 2018

O Vereador



Miguel Feliciano Gaspar

POLIS

CITIES AND REGIONS FOR TRANSPORT INNOVATION

CONDIÇÕES DE ADESÃO À POLIS

GERAL

A adesão será concedida mediante a aprovação do Comité de Gestão da POLIS. Todos os pedidos de adesão devem ser apresentados por escrito ao Secretariado da POLIS, em Bruxelas. O pedido escrito deve ser efetuado através de formulário próprio acompanhado de uma carta de intenções da autoridade local.

A quota de adesão é devida no prazo de 4 meses a partir da data do respetivo envio, sendo aplicado um desconto de 5% de desconto aos membros que procedam ao seu pagamento até 30 de abril.

Os membros que desejem renunciar à Polis são obrigados a pagar a quota por inteiro referente ao ano da renúncia.

MEMBROS EFETIVOS

A categoria de membros efetivos é aberta a cidades europeias, regiões e organizações regionais com caráter de autoridades locais, também fora da União Europeia, com um governo democraticamente eleito, a todas as empresas de transportes públicos com sede na Europa e a todas as autoridades de transporte locais ou regionais da Europa.

MEMBROS ASSOCIADOS

A categoria de membros associados é aberta a entidades que não são elegíveis na categoria de membros efetivos, tais como cidades e regiões não europeias, associações, centros de investigação e universidades interessadas em transporte local e regional. Os membros associados não participam no processo da decisão interna da Polis e não têm direito de voto na Assembleia-geral.

Quadro 1: Quotas de membros efetivos para cidades

População	2018	(*) 2018 – 5% de desconto para os que pagam mais cedo
Cidade com uma população com menos de 100.000 habitantes	3.465,00€	3.291,75€
Cidade com uma população entre 100,000 e 299,999 habitantes	5.775,00 €	5.486,25€
Cidade com uma população entre 300,000 e 499,999 habitantes	9.240,00€	8.778,00 €
Cidade com uma população entre 500,000 e 999,999 habitantes	10.395,00 €	9.875,25 €
Cidade com uma população entre 1.000,000 e 1.999,999 habitantes	11.550,00 €	10.972,50 €
Cidade com uma população entre 2.000,000 e 2.999,999 habitantes	13.167,00 €	12.069,75 €
Cidade com uma população com mais de 3.000,000 habitantes	13.860,00	13.167,00 €

Quadro 2: Quotas de membros efetivos para regiões (mais do que uma área urbana)

População	2018	(*) 2018 – 5% de desconto para os que pagam mais cedo
Região cuja cidade maior tem uma população com menos de 100.000 habitantes	5.775,00€	5.486,25€
Região cuja cidade maior tem uma população entre 100,000 e 299,999 habitantes	9.240,00 €	8.778,00€
Região cuja cidade maior tem uma população entre 300,000 e 499,999 habitantes	10.395,00€	9.875,25 €
Região cuja cidade maior tem uma população entre 500,000 e 999,999 habitantes	11.550,00 €	10.972,50 €
Região cuja cidade maior tem uma população entre 1.000,000 e 1.999,999 habitantes	12.705,00 €	12.069,75 €
Região cuja cidade maior tem uma população maior que 3.000,000 habitantes	13.860,00	13.167,00 €

Quotas de Membros Associados

Membros Associados	2018	(*) 2018 – 5% de desconto para os que pagam mais cedo
	3.465,00€	3.291,75€

POLIS Cities and Regions for Transport Innovation	Por favor complete e reenvie este formulário à: POLIS Rue du Trône 98 1050 Bruxelles Belgium Tei.: + 32 2 500 56 70 polis@network.eu www.polisnetwork.eu	Para uso interno:
--	--	-------------------

Formulário de pedido oficial de adesão a membro efetivo da POLIS

Registo, sede social da Administração/Organização legalmente estabelecida:

Exercendo a sua atividade no seguinte domínio:

Representado legalmente por:

(Apelido, nome, cargo)

Após tomar conhecimento dos Estatutos e Regulamento Interno da POLIS, assim como da tabela de quotizações anuais, cujo exemplar lhe foi entregue, solicita a sua adesão à POLIS comprometendo-se a respeitar as disposições dos Estatutos e do Regulamento Interno da POLIS, assim como todas as outras decisões adotadas pela Assembleia Geral, contribuir para as atividades da associação e a proceder ao pagamento da respetiva quota anual.

Pela Administração/Organização

Lido e aprovado:

Local/Data:

Assinatura:

Enviar para o Secretariado da POLIS com a ficha de informação em anexo

POLIS

FICHA DE INFORMAÇÃO

Anexo ao formulário de pedido oficial de adesão a membro ativo da POLIS

1. Organização

Nome da organização:

2. Pessoa de Contato

A pessoa designada para representar oficialmente a Organização no seio da POLIS participa nas atividades da associação em nome da organização e exerce o direito de voto por ocasião da Assembleia-geral.

Nome e referência da pessoa de contato para envio de toda a correspondência.

NOME:

Endereço:

Nº de registo fiscal:

Tel.:

Fax:

E-mail:

Nome e endereço da pessoa de contato para o envio das faturas, caso seja um contato diferente

3. Outras informações

Total da população representada pela Organização

Hab.: (Fonte:)

População da cidade maior da região/organização

Hab.: (Fonte:)

Área (km2):

Densidade populacional:

Meio de transporte:

Carro:

Transporte público:

Bicicletas:

A pé:

Outros:

Comprimento da rede rodoviária:

Autoestradas:

Vias principais:

Vias secundárias:

Volume de tráfego:

Transporte Público (nº de linhas e total de kms abrangidos)

Metro:

Elétrico:

Autocarro:

ESTATUTOS

Seção 1: Nome, Sede e Duração

Artigo 1: Nome

A associação internacional sem fins lucrativos denominada "POLIS" é regida pelos presentes estatutos.

POLIS é uma rede de cidades e regiões europeias que apoiam a mobilidade sustentável e a inovação no transporte local.

A POLIS é uma associação internacional sem fins lucrativos regida pelas disposições do título III da Lei Belga de 27 de junho de 1921, sobre associações sem fins lucrativos, associações internacionais sem fins lucrativos e fundações.

Artigo 2: Sede

A sede da POLIS está estabelecida na Bélgica. A sede social está registrada na Rue du Trône 98, 1050 Bruxelas, distrito legal de Bruxelas.

O local da sede da POLIS, na Bélgica, pode ser alterado por decisão do Comité de Gestão. Esta decisão deve ser integrada na ficha da POLIS e publicada nos anexos do Jornal Oficial do Estado belga.

Artigo 3: Duração

A POLIS terá duração indeterminada. Pode ser dissolvida a qualquer momento por decisão de sua Assembleia-Geral, segundo as condições abaixo definidas na Seção 9.

Seção 2: Objetivos e Atividades

Artigo 4: Objetivos e Atividades da POLIS

Os objetivos da POLIS são:

- Incrementar o intercâmbio de experiências entre os seus Membros e entre as cidades europeias, regiões e organizações regionais, em todas as áreas relativas à qualidade de vida, sob condições de mobilidade sustentável, nas cidades e regiões através da aplicação de novas tecnologias, em particular nas áreas do transporte, ambiente, energia e áreas afins;
- Aprofundar o conhecimento sobre tecnologias inovadoras e o *know-how* nessas áreas;
- Investigar e promover soluções físicas e fórmulas de financiamento por forma a estabelecer uma nova mobilidade relacionada;
- Promover ligações operacionais entre os membros da POLIS;

- Difundir e promover os resultados do seu trabalho (em particular sobre pesquisa e desenvolvimento ao nível europeu e projetos em curso) em larga escala envolvendo todos os atores;
- Cooperar estreitamente com outras organizações com objetivos similares;
- Contribuir para a harmonização europeia da tecnologia e padronização, reunindo utilizadores, operadores, indústria, ciência e instituições europeias;
- Promover um nível mais elevado de cooperação entre os Membros e as instituições europeias, salvaguardando que a dimensão urbana e regional é tida em conta adequadamente nos programas comunitários e nas políticas da União Europeia.

Para esse efeito, a POLIS terá o direito de exercer, sozinha ou em colaboração com terceiros, direta ou indiretamente, todas as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, para atingir os seus objetivos. A POLIS desenvolverá, em particular, as seguintes atividades:

1. Realizar pesquisas e estudos;
2. Divulgar publicações;
3. Organizar sessões de formação, seminários e conferências.

A POLIS terá o direito de criar sub órgãos para encarregar-se de algumas dessas atividades em seu nome.

Seção 3: Membros

Artigo 5: Membros

Os membros podem ser membros efetivos ou membros associados. Todas as referências nestes Estatutos a "Membro" ou "Membros" sem quaisquer outras especificações se referem a membros Efetivos e Membros Associados coletivamente.

A categoria de membros efetivos da POLIS é aberta a cidades europeias, regiões e organizações regionais com caráter de autoridades locais, também fora da União Europeia, com um governo democraticamente eleito, a todas as empresas de transportes públicos locais com sede na Europa e a todas as autoridades de transporte local e regional europeias.

A categoria de membros associados da POLIS é aberta a institutos de investigação, universidades e outras entidades (públicas ou privadas).

Membros Efetivos e Associados são pessoas legalmente constituídas de acordo com as leis e práticas dos respetivos países de origem.

Sujeito a especificações adicionais no Regimento Interno da POLIS (doravante designado por "Regulamento Interno"), potenciais novos membros efetivos podem ser admitidos como Membros Associados durante um período único de, no máximo, doze meses.

Aos membros associados é negada qualquer elegibilidade e direito de voto.

O número de membros é ilimitado, mas os membros efetivos devem ser no mínimo seis. A adesão deve ser solicitada por escrito ao Comité de Gestão.

A adesão será concedida mediante aprovação do Comité de Gestão, que não tem obrigação de fundamentar a sua decisão.

Os detalhes do processo serão determinados pelo Regulamento Interno.

Artigo 6: Quotização

Os Membros da POLIS serão obrigados a pagar uma quota anual. O valor da quota será proposto pelo Comité de Gestão para aprovação da Assembleia-Geral. Será definida uma estrutura de quotas diferentes para cada uma das categorias de membro. A quota é paga no início de cada ano civil.

A Elegibilidade e o direito de voto, conforme os presentes estatutos, são restritos aos membros efetivos que tenham a sua quota em dia.

O valor da quotização dos membros efetivos e membros associados serão definidas por regulamentação interna.

Artigo 7: Rescisão de Membros

Todos os membros são livres de rescindir a sua adesão à POLIS em qualquer momento. Qualquer renúncia deve ser comunicada ao Comité de Gestão através de carta registrada.

A rescisão da adesão entrará em vigor após a receção da referida renúncia. A exclusão de um Membro pode ser decidida somente pelo Comité de Gestão, por maioria de dois terços dos membros, presentes ou representados. A Assembleia-Geral deve então votar sobre essa decisão durante a sua reunião seguinte.

A adesão é automaticamente cancelada se o membro não tiver pago a sua quota seis meses após o pedido de pagamento ter sido enviado por correio registado pelo Tesoureiro ou pelo Secretário.

O Presidente poderá, até decisão formal do Comité de Gestão, suspender qualquer Membro por violação séria dos Estatutos ou do Regulamento Interno.

Antes da exclusão de um Membro, a POLIS é obrigada a oferecer a oportunidade ao membro em causa de se defender perante o Comité de Gestão.

Qualquer membro que tenha renunciado ou tenha sido excluído não tem qualquer direito aos benefícios da POLIS, nem direito a qualquer forma de compensação ou reembolso da quotização.

Seção 4: Órgãos da POLIS

Artigo 8: Órgãos da POLIS

São órgãos da POLIS:

- A Assembleia-Geral,
- O Presidente da POLIS, eleito pela Assembleia-Geral,
- O Comité de Gestão, eleito pela Assembleia-Geral e presidido pelo Presidente da POLIS, é apoiado pelo Vice-Presidente e pelo Tesoureiro,
- O Secretário Geral, se houver

A POLIS é apoiada por um secretariado (POLIS Office) para alcançar os seus objetivos, em particular de secretaria, intercâmbio de informações e promoção dos seus objetivos.

Seção 5: Assembleia-Geral

Artigo 9: Participação

A Assembleia-Geral é a congregação de todos os membros da POLIS. Cada membro designa um representante oficial para cada Assembleia-geral.

A Assembleia-Geral deve ser realizada pelo menos uma vez por ano. E é presidida pelo Presidente da POLIS.

Cada membro pode ser representado na Assembleia-geral por outro membro a quem tenha delegado a sua representação por via postal ou quaisquer outros meios de comunicação escrita (incluindo fax ou e-mail). Cada membro só pode representar um outro membro de uma única vez.

Cada Membro Efetivo tem um voto na Assembleia-geral. Os Membros Associados participam na Assembleia-geral apenas como observadores.

Artigo 10: Poderes

A Assembleia-Geral é dotada de todos os poderes mencionados nos presentes Estatutos e os que lhe estão definidos conforme a lei.

Os seguintes poderes são especialmente reservados para a Assembleia-geral:

- A alteração dos Estatutos e do Regulamento Interno;
- A eleição do Presidente da POLIS e dos outros membros do Comité de Gestão, as duas auditorias financeiras, se exigido por lei, a de um revisor oficial de contas;

- A aprovação de orçamentos e contas;
- A dissolução voluntária da POLIS;
- A exclusão de um membro;
- A discussão do programa geral e das políticas para cada exercício financeiro.

Artigo 11: Convocação de Reuniões

A Assembleia-Geral reunir-se-á uma vez por ano e será convocada pelo Presidente.

A notificação para a realização da Assembleia-Geral será feita através de carta, assinada pelo Presidente da POLIS e enviada a todos os Membros, no máximo, um mês antes da data da realização da Assembleia-Geral.

As notificações devem mencionar a data, local, hora e a agenda da Assembleia-Geral. Todas as propostas devem ser assinadas pelo menos por um quarto dos Membros Efetivos e devem ser inscritas na ordem do dia.

O regulamento interno definirá mais detalhes sobre os procedimentos.

Uma Assembleia-geral extraordinária, no interesse da POLIS, poderá ser convocada, em qualquer momento, pelo Comité de Gestão.

O Presidente da POLIS deve convocar uma Assembleia-Geral Extraordinária caso a maioria do Comité de Gestão ou um quarto dos membros efetivos da POLIS o exigir.

Artigo 12: Processo de Decisão

Exceto nos casos previstos nestes Estatutos, todas as decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos Membros Efetivos presentes ou representados, independentemente do número de Membros Efetivos presentes ou representados. Em caso de empate, o Presidente terá o voto de desempate.

A Assembleia-Geral só pode decidir sobre quaisquer alterações aos Estatutos, ao Regulamento Interno ou à dissolução antecipada, se isso estiver previsto na agenda. As decisões serão adotadas por dois terços dos votos dos membros efetivos presentes ou representados. É necessário um *quórum* de dois terços. Se estiverem presentes ou representados menos de dois terços dos Membros efetivos na Assembleia-Geral, deve ser convocada uma segunda reunião, na qual os assuntos deverão ser discutidos independentemente do número de Membros Efetivos presentes ou representados. No caso de segunda Assembleia-Geral, as decisões deverão ser adotadas por dois terços dos votos dos membros efetivos presentes ou representados.

Em casos excepcionais e quando a urgência da questão o exigir, a Assembleia-Geral pode tomar decisões por procedimento escrito.

Para esse efeito, o Presidente da POLIS deverá enviar a todos os membros propostas de resolução, por via postal ou por quaisquer outros meios de comunicação escrita (incluindo e-mail) consoante entenda mais adequado. A comunicação deverá ser acompanhada por um memorando descrevendo os fundamentos que determinaram a utilização do procedimento escrito, bem como o contexto das propostas de resolução. As propostas de resolução serão adotadas se, no prazo de quinze dias úteis após o respetivo envio, o número das comunicações escritas devidamente completas que forem devolvidas ao Presidente da POLIS pelos Membros efetivos for suficiente para preencher o quórum e os requisitos de votação definidos nos presentes Estatutos.

Quando a lei assim o exigir, as alterações dos Estatutos exigem a aprovação do Rei e/ou o registo numa escritura notarial. A data em que as alterações aos Estatutos entrarão em vigor será determinado pelo Regulamento Interno.

Artigo 13: Atas

As atas de cada Assembleia-Geral serão assinadas pelo Presidente da POLIS e pelo Secretário-Geral, e serão enviadas a todos os membros da POLIS no prazo de quatro semanas, após a reunião.

Seção 6: Comité de Gestão

Artigo 14: Nomeação e Renúncia de membros

A POLIS será administrada pelo Comité de Gestão composto por, pelo menos, seis membros, incluindo:

- O Presidente da POLIS;
- O Vice-Presidente;
- O tesoureiro.

Os membros do Comité de Gestão serão eleitos por voto secreto pela Assembleia-Geral, em princípio, por ocasião da Assembleia-Geral Anual.

Só os membros Efetivos da POLIS podem ser eleitos para o Comité de Gestão e/ou para Presidente da POLIS.

O Comité de Gestão é presidido pelo Presidente da POLIS.

O Presidente da POLIS atuará automaticamente como Presidente e anfitrião da Assembleia-Geral. No entanto, desde que previamente ratificado pelo Comité de Gestão, pode ser designado um membro anfitrião alternativo.

O Presidente da POLIS é eleito pelo período de um ano, renovável apenas uma vez. Ele assumirá a presidência da POLIS, assim como a do primeiro Comité de Gestão realizado após a Assembleia-Geral que o nomeou.

O ex-presidente da POLIS permanecerá automaticamente membro do Comité de Gestão da POLIS durante um período de seis meses após a eleição do novo Presidente.

Os restantes membros do Comité de Gestão são eleitos por um período de três anos, a partir da data da sua eleição. Estes mandatos são renováveis uma vez.

A renovação dos mandatos acima mencionados (ou seja, mandato do Presidente do POLIS e dos outros membros do Comité de Gestão) estão sujeitos ao mesmo procedimento de votação do mandato original em causa.

Os membros eleitos para o Comité de Gestão são livres de nomear a pessoa que participará na reunião do Comité de Gestão.

As competências do Presidente da POLIS, do Vice-Presidente e do Tesoureiro serão determinadas pelo regulamento interno.

Não podem ser eleitos como membros do Comité de Gestão mais do que dois Membros efetivos da POLIS do mesmo Estado. Caso contrário, apenas serão mantidos os dois membros efetivos com o maior número de votos.

Todos os membros do Comité de Gestão são livres de, a qualquer momento, renunciar aos seus deveres.

Serão definidos outros procedimentos eleitorais pelo Regulamento Interno.

Artigo 15: Responsabilidades

O Comité de Gestão detém o mais amplo poder de administração e de gestão da POLIS. Detém todos os poderes não especificamente reservados pela lei e pelos presentes Estatutos à Assembleia-Geral.

Em caso de extrema urgência, o Comité de Gestão pode tomar uma decisão provisória que, normalmente, pertence à Assembleia-Geral. Esta decisão será mantida até à realização da próxima reunião da Assembleia-Geral.

O Comité de Gestão terá de explicar as circunstâncias da sua decisão provisória, de forma abrangente num relatório apresentado à Assembleia-Geral na sua próxima reunião.

O Comité de Gestão é responsável conjuntamente, entre outras, das seguintes tarefas:

- Orientação e supervisão das políticas e do orçamento da POLIS;
- Supervisão geral das atividades do Secretariado da POLIS;
- Determinação do estabelecimento, continuação e cessação de grupos de trabalho;
- Determinação do plano de atividades e, em geral, da direção da POLIS, em conjunto com as decisões do Assembleia-Geral.

O Comité de Gestão nomeará ou demitirá, seja diretamente ou por meio de um intermediário, todos os agentes, funcionários e membros do *staff* e o Secretário-Geral da POLIS. O comité de Gestão decidirá igualmente sobre suas condições de trabalho.

O Comité de Gestão pode, no âmbito das suas competências, delegar os seus poderes a um ou mais dos seus membros, ou a um ou mais funcionários da POLIS.

O Comité de Gestão estabelecerá todos os projetos de regras internas e regulamentos que considerar necessários, os quais deverão ser aprovados pela Assembleia-Geral.

Artigo [16]: Convocatórias. Votos

O Comité de Gestão reunir-se-á pelo menos duas vezes, entre duas Assembleias-Gerais Anuais sucessivas.

As reuniões do Comité de Gestão serão presididas pelo Presidente da POLIS ou, em caso de impossibilidade de este comparecer, pelo Vice-Presidente.

A maioria dos membros do Comité de Gestão atua conjuntamente, ou o Presidente da POLIS, ou o Vice-Presidente, ou o Tesoureiro, ou o Secretário-Geral, agindo em conjunto com um membro do Comité de Gestão, podem convocar reuniões extraordinárias do Comité de Gestão.

A reunião do Comité de Gestão só será considerada válida se a maioria dos seus membros estiverem presentes ou representados.

Cada membro do Comité de Gestão tem o direito de ser representado na reunião do Comité por outro membro, através de delegação enviada por correio normal ou através de outros meios de comunicação escrita (incluindo e-mail). Nenhum membro do comité de gestão pode ter mais de três delegações de voto.

As decisões serão tomadas por maioria simples dos votos expressos pelos membros do Comité de Gestão presentes ou representados. Em caso de empate, o presidente do POLIS terá voto decisivo.

Em casos excepcionais, e quando a urgência da questão o exigir, o Comité de Gestão pode tomar decisões por escrito.

Para esse efeito, a proposta de resolução deve ser enviada por escrito a todos os membros (incluindo e-mail). A decisão é adotada se, no prazo de quinze dias úteis após terem sido enviadas, as comunicações escritas devidamente preenchidas forem devolvidas pela maioria dos membros do Comité de Gestão e cumpram os requisitos de votação definidos nos presentes Estatutos.

A reunião do Comité de Gestão será validamente constituída mesmo que todos ou alguns dos seus membros, não fisicamente presentes ou representados, participarem nas deliberações através de qualquer meio moderno de telecomunicação que os

permita ouvir e falarem-se diretamente, através de telefone ou videoconferência. Nesse caso, os membros do Comité de Gestão serão considerados presentes.

Seção 7: Secretário Geral

Artigo 17: Direitos e Responsabilidades

O Secretário-Geral deve ser nomeado pela Comité de Gestão. A pessoa nomeada fica responsável pela gestão do dia-a-dia da POLIS.

O Secretário-Geral manterá todos os arquivos que não os financeiros (por exemplo, atas, correspondência, registo de membros).

O Secretário-Geral é assistido e supervisiona o trabalho da secretaria da POLIS, em conformidade com as decisões da Assembleia-Geral e do Comité de Gestão.

O Secretário-Geral fará um relatório (incluindo atividades da secretaria da POLIS) o qual será apresentado em cada reunião do Comité de Gestão.

Seção [8]: Representação Externa

Artigo [18]: Representação Externa

A POLIS será representada de forma válida perante terceiros e no que diz respeito a todos os atos judiciais e extrajudiciais do Presidente da POLIS, agindo individualmente ou por qualquer Membro do Comité de Gestão, designado pelo Comité de Gestão.

No âmbito da gestão diária, a POLIS também será validamente representada perante terceiros e perante todos os atos judiciais e extrajudiciais pelo Secretário-Geral atuando individualmente.

Nenhuma das pessoas acima mencionadas deve justificar os seus poderes em relação a terceiros.

Além disso, a POLIS também será representada de forma válida em relação a terceiros, no âmbito dos seus mandatos, através de procuradores devidamente mandatados pelo Presidente da POLIS, atuando individualmente ou por quaisquer dois membros do Comité de Gestão agindo em conjunto.

Seção 9: Exercício Financeiro e Contas

Artigo 19: Conservação de Livros

O ano fiscal da POLIS terá início no dia 1 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro.

O Tesoureiro, em nome do Comité de Gestão, preparará as contas do exercício encerrado, conforme solicitado pela Lei belga, bem como o Orçamento do ano seguinte, e apresentá-los-á na Assembleia-Geral seguinte para aprovação.

As contas e o Orçamento podem ser consultados por todos os Membros na sede da POLIS a partir do décimo dia que antecede a Assembleia-Geral.

Artigo 20: Auditoria Financeira

Se a lei assim o exigir, a Assembleia-Geral nomeará um revisor oficial de contas da POLIS, escolhido entre os membros do “Institut des Réviseurs d'Entreprise” (Instituto de Revisores de Empresas).

Se a POLIS não estiver obrigada por lei a nomear um auditor oficial, a Assembleia-Geral nomeará anualmente dois auditores financeiros, os quais não serão membros do Comité de Gestão.

Os auditores financeiros ou, se aplicável, o Revisor Oficial de Contas responderá perante à Assembleia-Geral.

Seção 10: Dissolução e Liquidação


Artigo 21: Dissolução

Em caso de dissolução voluntária, a Assembleia-Geral, ou, na falta desta, um Tribunal nomeará um ou mais liquidatários. Definirá igualmente seus poderes e o método de liquidação.

Artigo 22: Liquidação

No caso de dissolução da POLIS, o saldo líquido, após pagamento de dívidas, será doado a uma ou mais associações sem fins lucrativos com objetivo similar, conforme indicado pela Assembleia-Geral.

50000
683/2018

	Please complete and return to: Prière de compléter et de retourner cette fiche à:	For internal use:
	<p>POLIS Rue du Trône 98 1050 Brussels Belgium</p> <p>Tel. +32 2 500 56 70 polis@polisnetwork.eu www.polisnetwork.eu</p> <p>BE 0460 400 701</p>	

Official Application Form for Full Membership of POLIS

Fiche de demande officielle d'adhésion à POLIS en tant que membre actif de POLIS

Registered name and address of Administration / Organisation
legally established:

*Raison sociale, siège social de l'Administration / Organisation
légalement établie:*

Operating in the following capacity:

Exerçant son activité dans le domaine suivant:

Legally represented by:
(Surname, Forename, Official Position)

*Représentant légalement:
(Nom, Prénom, Qualification)*

Cognizant of the Terms of Reference (Statutes) and the Internal Rules of POLIS, as well as of the scale of membership subscription for the year of commencement of membership, copies of which have been forwarded to him/her, applies for full Membership of POLIS; commits itself to comply with provisions of the Statutes and Internal Rules of POLIS and other decision taken by the General Assembly, to contribute to the activities of the association and to acquit payment of the yearly membership subscriptions.

Après avoir pris connaissance des Statuts et du Règlement intérieur de POLIS, ainsi que du barème des cotisations annuelles, dont il lui a été remis un exemplaire, déclare solliciter son adhésion à POLIS ; et s'engage à se conformer aux dispositions des Statuts et du Règlement Intérieur de POLIS ainsi qu'à toutes autres décisions prises par l'Assemblée Générale, à contribuer aux activités de l'association et acquitter le paiement des cotisations annuelles.

On behalf of the Administration / Organisation,

Pour l'Administration / l'Organisation,

Read and approved

Lu et approuvé

Place / Fait à

Date / Le

Stamp / Cachet

Signature

1. ORGANISATION

Name of the Organisation *Nom de l'organisation*

2. CONTACT PERSON *PERSONNE DE CONTACT*

The person designated officially to represent the Organisation within POLIS takes part in the activities of the association on behalf of the Organisation and bears its voting rights for the General Assembly.

La personne désignée pour représenter officiellement l'Organisation au sein de POLIS prend part aux activités de l'association au nom de l'organisation et exerce le droit de vote lors de l'Assemblée Générale.

Name and reference of the contact person to whom all correspondence should be sent

Nom et qualité de la personne de contact pour l'envoi de toute correspondance

NAME *Nom*

Position *Qualité*

Address *Adresse*

VAT number *Numéro TVA*

Tel. *Tél.*

Fax

E-mail

Name and address of the contact person to whom all invoices should be sent if different from the above details

Nom et adresse de la personne de contact pour l'envoi des factures si différentes des coordonnées ci-dessus

3. OTHER INFORMATION *DIVERSES INFORMATIONS*

Total population represented by the Organisation *Population totale représentée par l'Organisation*

Inhab. Hab. (Source :)

Total population of the biggest city within the region/Organisation *Population de la ville la plus grande de la région / organisation*

Inhab. Hab. (Source:)

Land area *Superficie (km²):*

Population density *Densité de population:*

Modal split *Moyen de transport:*

Car *Voiture:*

Public transport *Transport collectif:*

Cycling *Vélo:*

Walking *A pied:*

Other *Autres:*

Road network length *Longueur du réseau routier*

Motorway *autoroute:*

Main roads *routes principales:*

Secondary roads *routes secondaires:*

Traffic volume *Volume de circulation:*

Passenger transport (number of lines & total kms covered) *Transport collectif (nombre de lignes & totale kms parcourus)*

Metro:

Tram:

Bus:

POLIS MEMBERSHIP CONDITIONS

GENERAL

Membership shall be granted upon approval by the POLIS Management Committee. All requests for membership can be sought by written application to the POLIS Secretariat in Brussels. The written application must be made on a standard application form and be accompanied by a letter of intent of the local authority.

The membership fee is due within 4 months from the date of sending and 5% discount applies for the members that pay the corresponding fee by April 30th (*).

Members wishing to resign from Polis are required to pay the membership fee in full for the year of resignation.

FULL MEMBERSHIP

Full membership is opened to European cities, regions and regional organisations with the character of local authorities, also outside the European Union, with a democratically elected government, to all local public transport corporations having their registered offices in Europe, and to all European local or regional transport authorities.

ASSOCIATE MEMBERSHIP

Associate Membership is open to entities which are not eligible for full membership such as non-European cities and regions, associations, research centres and universities with an interest in local and regional transport. Associate members do not take part to Polis internal decision making process and do not vote at the General Assembly.

Table 1: Full membership fees for cities

Population size	2018	(*) 2018 - 5% discount early payers
City with a population of less than 100,000 inhabitants	3.465,00 €	3.291,75 €
City with a population between 100,000 and 299, 999 inhabitants	5.775,00 €	5.486,25 €
City with a population between 300,000 and 499,999 inhabitants	9.240,00 €	8.778,00 €
City with a population between 500,000 and 999,999 inhabitants	10.395,00 €	9.875,25 €
City with a population between 1,000,000 and 1,999,999 inhabitants	11.550,00 €	10.972,50 €
City with a population between 2,000,000 and 2,999,999 inhabitants	12.705,00 €	12.069,75 €
City with a population of more than 3,000,000 inhabitants	13.860,00 €	13.167,00 €

Table 2: Full membership fees for regions (more than one urban area)

Population size	2018	(*) 2018 - 5% discount early payers (*)
Region whose largest city has a population of less than 100,000 inhabitants	5.775,00 €	5.486,25 €
Region whose largest city has a population between 100,000 and 299,999 inhabitants	9.240,00 €	8.778,00 €
Region whose largest city has a population between 300,000 and 499,999 inhabitants	10.395,00 €	9.875,25 €
Region whose largest city has a population between 500,000 and 999,999 inhabitants	11.550,00 €	10.972,50 €
Region whose largest city has a population between 1,000,000 and 1,999,999 inhabitants	12.705,00 €	12.069,75 €
Region whose largest city has a population greater than 2,000,000 inhabitants	13.860,00 €	13.167,00 €

ASSOCIATE MEMBERSHIP FEES

Associate members	2018	(*) 2018 - 5% discount early payers (*)
	3.465,00 €	3.291,75 €

POLIS

Statutes

STATUTES

Section 1: Name, Seat and Duration

Article 1: Name

The international non-profit association called "POLIS" is hereby regulated.

POLIS is a network of European cities and regions supporting sustainable mobility and innovation in local transport.

POLIS is an international non-profit association governed by the provisions of Title III of the Belgian law of 27 June 1921 on non-profit associations, international non-profit associations and foundations.

Article 2: Seat

The seat of POLIS is to be established in Belgium. The registered office is located at 1050 Brussels, Rue du Trône 98, Brussels legal district.

The seat of POLIS can be moved in Belgium by decision of the Management Committee. This decision has to be deposited in the POLIS file and published in the Annexes to the Belgian State Gazette.

Article 3: Duration

POLIS shall be set up for an undetermined period. It may be dissolved at any time by decision of its General Assembly, following the conditions laid out below in Section 9.

Section 2: Objectives and Activities

Article 4: Objectives and Activities of POLIS

The objectives of POLIS are:

- To increase the exchange of experiences among its Members and between European cities, regions and regional organisations in all areas concerning the quality of life, under conditions of sustainable mobility, in cities and regions by the application of new technology, particularly in the areas of transport, the environment, energy and related fields;

- To further the knowledge of innovative technologies and know-how in these areas;

- To investigate and promote physical solutions and funding formulas in view of establishing new related mobility;

- To promote operational links among the Members of POLIS;

- To diffuse and promote the results of their work (in particular of ongoing European R & D and application projects) on wide scale involving all key actors;

- To co-operate closely with other organisations with similar objectives;

- To contribute to European harmonisation of technology and standardisation by bringing together users, operators, industry, science and European institutions;

- To promote a higher level of co-operation between Members and the European institutions, safeguarding that the urban and regional dimension is taken into account appropriately in Community programmes and in the policies of the European Union.

To that effect, POLIS shall have the right to exercise, alone or in collaboration with third parties, directly or indirectly, all activities related, directly or indirectly, to its objectives. POLIS shall in particular develop the following activities:

1. Perform researches and studies;
2. Issue publications;
3. Organise training sessions, seminars and conferences.

POLIS shall have the right to set up sub-bodies to undertake some of these activities on behalf of POLIS.

Section 3: Members

Article 5: Membership

Members can either be Full Members or Associated Members. All references in these Statutes to "Member" or "Members" without any other specifications are references to Full and Associated Members collectively.

Full Membership of POLIS is open to European cities, regions and regional organisations with the character of local authorities, also outside the European Union, with a

democratically elected government, to all local public transport corporations having their registered offices in Europe, and to all European local or regional transport authorities.

Associated Membership of POLIS is open to research institutes, universities and other entities (public or private).

Full Members and Associated Members are persons legally constituted in accordance with the laws and practices of their country of origin.

Subject to further specifications in the Internal Rules of POLIS (hereafter called "Internal Rules"), potential new Full Members can be assimilated as Associated Members during a unique period of maximum twelve months.

Associate Members are denied any eligibility and voting capacities.

The number of Members is unlimited, but the Full Members must be minimum of six.

Membership shall be sought by written application to the Management Committee.

Membership shall be granted subject to approval of the Management Committee, which has no duty to ground its decision.

Proceeding details will be determined by the Internal Rules.

Article 6: Fees

Members of POLIS will be required to pay an annual subscription fee. The size of this fee will be proposed by the Management Committee for approval to the General Assembly. A different fee structure shall be proposed for Full Membership and Associated Membership. The fee is payable at the beginning of each calendar year.

Eligibility and voting capacities according to the present Statutes are restricted to Full Members having settled all their membership fees.

Details of the current subscription fees for Full and Associated Members will be determined by the Internal Rules.

Article 7: Termination of Membership

All Members are free to end their membership of POLIS at anytime. Any resignation must be made known to the Management Committee by means of a registered letter. The end of the membership will come into force after receipt of said resignation. The exclusion of a Member may be decided only upon by Management Committee, by a majority of two thirds of the Members, there present or represented. The General Assembly must then vote on this decision during its next meeting.

Membership is automatically ended if the membership fee has not been paid six months after a request for payment has been sent by registered mail by the Treasurer or the General Secretary.

The President may, until formal decision of the Management Committee, suspend any Member guilty of serious infringement of the Statutes or of the Internal Rules.

Prior to the exclusion of a Member, POLIS is bound to offer the opportunity to the concerned Member to defend itself before the Management Committee.

Any Member who has either resigned or been excluded will have no rights whatsoever to the benefits of POLIS and will have no right to any form of compensation or refunding of fee.

Section 4: Bodies of POLIS

Article 8: Bodies of POLIS

The bodies of POLIS are:

- The General Assembly,
- The President of POLIS, elected by the General Assembly,
- The Management Committee, elected by the General Assembly and headed by the President of POLIS assisted by the Vice-President and a Treasurer,
- The General Secretary, if any

POLIS is supported by an office (the POLIS Office) in achieving its goals particularly in terms of secretariat, information exchange and promotion of the objectives of POLIS.

Section 5: General Assembly

Article 9: Participation

The General Assembly is the congregation of all Members of POLIS. Every Member nominates one official representative for each General Assembly.

A General Assembly is to be held at least once every year. It is chaired by the President of POLIS.

A Member may be represented at the General Assembly by another Member to whom he has given a proxy sent via regular mail or any other means of written communication (including fax or e-mail). Each Member may only represent one other Member at one time.

Each Full Member has one vote at the General Assembly. The Associated Members only participate as observers to the General Assembly.

Article 10: Powers

The General Assembly is endowed with all powers which are mentioned in the present Statutes and which are reserved for it according to law.

The following powers are notably reserved for the General Assembly:

- The modifications of the Statutes and of the Internal Rules;
- The election of the President of POLIS and of the other members of the Management Committee and the two financial auditors or, if required by the law, a statutory auditor;
- The approval of budgets and accounts;
- The voluntary dissolution of POLIS;
- The exclusion of a Member;

- The discussion of the overall programme and policies for each financial year.

Article 11: Call for Meetings

The General Assembly will convene once a year, and will be called by the President.

Notification for a General Assembly will be made by means of a letter, signed by the President of POLIS and sent out to all Members at latest one month before the General Assembly is due to take place.

Notifications will mention the date, place, time and an agenda of the General Assembly. All proposals signed by at least one fourth of the Full Members must be put on the agenda.

Further proceeding details will be determined by the Internal Rules.

An Extraordinary General Assembly may be convened, at any time, as required in the interest of POLIS, by the Management Committee.

When a majority of the Management Committee or one fourth of the Full Members of POLIS asks for it, the President of Polis must convene an Extraordinary General Assembly.

Article 12: Decision Process

Except in cases foreseen elsewhere in these Statutes, all decisions will be taken by a simple majority of votes of Full Members present or represented regardless to the number of the Full Members present or represented. In the case of an even vote, the President will have the casting vote.

The General Assembly can only decide on any changes to the Statutes, to the Internal Rules or on anticipated dissolution if this was foreseen in the agenda. Decisions shall be adopted by two thirds of the vote of the Full Members present or represented. A quorum of two thirds is necessary. If fewer than two thirds of the Full Members are present or represented at a General Assembly, a second meeting may be called, at which the matters shall be discussed, regardless of the number of Full Members present or represented. At the occasion of this second General Assembly, decisions shall be adopted by two thirds of the vote of the Full Members present or represented.

In exceptional cases and when the urgency of the matter so requires, the General Assembly may make decisions by a written procedure.

To that effect, the President of POLIS shall send via regular mail or via any other means of written communication (including e-mail) they deem fit, the proposed resolutions to all Members. The communication shall be accompanied by a memorandum setting out the reasons which have led to the use of the written procedure, as well as the context of the proposed resolutions. The proposed resolutions shall be deemed adopted if within fifteen working days after having been sent the number of the duly completed written communications returned to the President of POLIS by Full Members is sufficient to meet the quorum and voting requirements set out in the present Statutes.

When the law requires it, the modifications to the Statutes shall require the approval of the King and/or shall be recorded in a notarial deed. The date on which modifications

to the Statutes shall enter into force shall be determined in the Internal Rules.

Article 13: Minutes

Minutes will be taken at each General Assembly, to be signed by the President of POLIS and the General Secretary, and to be sent to all Members of POLIS within four weeks after the meeting.

Section 6: Management Committee

Article 14: Nomination and Resignation of members

POLIS will be run by the Management Committee composed of at least six members, including:

- the President of POLIS;
- the Vice-President;
- the Treasurer.

The members of the Management Committee will be elected by secret vote by the General Assembly, in principle on the occasion of the Annual General Assembly.

Only Full Members of POLIS can be elected for the Management Committee and/or as President of POLIS.

The Management Committee is presided by the President of POLIS.

The President of POLIS will automatically act as chairman and host member for the General Assembly. However, provided prior ratification by the Management Committee, an alternative host member can be designated.

The President of POLIS is elected for a period of one year, once renewable. It will take over the presidency of POLIS as from the first Management Committee held after the General Assembly which nominated him.

The former President of POLIS shall automatically remain member of the Management Committee of POLIS during a time period of six months after the election of the new President of POLIS.

The other members of the Management Committee are elected for a period of three years from the date of their election. These mandates are once renewable.

The renewal of the above mentioned mandates (i.e. mandate of the President of POLIS and of the other members of the Management Committee) are subjected to the same voting procedure as the original concerned mandate.

The members elected for the Management Committee are free to nominate the individual, who is to attend the Management Committee Meetings.

The competencies of the President of POLIS, the Vice-President and the Treasurer will be determined by the Internal Rules.

No more than two Full Members of POLIS of the same State may be elected as members of the Management Committee. If this happens, only the two Full Members with the highest number of votes will be retained.

All members of the Management Committee will be free to resign from their duties at any time.

Further election proceedings will be determined by the Internal Rules.

Article 15: Responsibilities

The Management Committee holds the widest power of administration and management of POLIS. It holds all the powers not specifically reserved by the law and by the present Statutes to the General Assembly.

In case of extreme urgency, the Management Committee may take a provisory decision that, normally, belongs to the General Assembly. This decision will be maintained until the next meeting of the General Assembly.

The Management Committee will have to explain the circumstances of its provisory decision in a comprehensive report presented to the next meeting of the General Assembly.

The Management Committee is jointly responsible for, among others, the following tasks:

- Guidance and supervision of the policies and budget of POLIS;
- General supervision of the activities of the POLIS Office;
- Determination of the establishment, continuation and termination of working groups;
- Determination of the work programme and overall direction of POLIS in conjunction with the decisions of the General Assembly.

The Management Committee will nominate or dismiss, either directly or by means of an intermediary, all agents, employees and members of staff and the General Secretary of POLIS. It will also decide upon their working conditions.

The Management Committee may, within the powers reserved to it, delegate its powers to one or more of its members, or to one or more employees of POLIS.

The Management Committee will establish all drafts of Internal Rules and regulations which it deems necessary, and which will have to be approved by the General Assembly.

Article [16]: Convocations. Votes.

The Management Committee will meet at least twice between two successive Annual General Assemblies.

The meetings of the Management Committee will be chaired by the President of POLIS or, in case of its inability to attend, by the Vice-President.

A majority of members of the Management Committee acting jointly, or the President of POLIS, or the Vice-President, or the Treasurer, or the General Secretary acting together with one member of the Management Committee, can call extraordinary meetings of the management committee.

A meeting of the Management Committee will be considered valid only if a majority of its members are present or represented.

Each member of the Management Committee will have the right to be represented at a meeting of the Management

Committee by another member of the Management Committee holding a proxy sent via regular mail or via any other means of written communication (including e-mail). No member of the Management Committee may hold more than three proxies.

Decisions will be taken by simple majority of votes cast by the members of the Management Committee present or represented. In case of a tie, the President of POLIS will cast the deciding vote.

In exceptional cases and when the urgency of the matter so requires, the Management Committee may take decisions by a written procedure.

To that effect, the proposed resolution should be sent to all Members via means of written communication (including e-mail). A decision is taken if, within fifteen working days after having been sent, duly completed written communications have been sent back by a majority of the members of the Management Committee and meet the voting requirements set out in the present Statutes.

A meeting of the Management Committee shall be validly constituted even if all or some of its members are not physically present or represented, but participate in the deliberations via any modern means of telecommunication that allow its members to directly hear each other and directly speak to each other, such as a telephone or video conference. In such a case, the members of the Management Committee shall be deemed present.

Section 7: General Secretary

Article 17: Rights and Responsibilities

A General Secretary may be appointed by the Management Committee. He or she is in charge of the day-to-day management of POLIS.

He or she will keep all non-financial records (e.g. minutes, correspondence, members registration).

The General Secretary is assisted by and supervises the work of the POLIS Office in accordance with the decisions of the General Assembly and the Management Committee.

A progress report (including activities of the POLIS Office) by the General Secretary will be given at every Management Committee Meeting.

Section [8]: External Representation

Article [18]: External Representation

POLIS will be validly represented vis-à-vis third parties and with regard to all judicial and extra-judicial deeds by the President of POLIS acting individually or by any member of the Management Committee appointed for this by the Management Committee.

Within the framework of daily management, POLIS will also be validly represented vis-à-vis third parties and with regard to all judicial and extra-judicial deeds by the General Secretary acting individually.

None of the aforementioned persons must justify its powers vis-à-vis third parties.

In addition, POLIS will also be validly represented vis-à-vis third parties, within the framework of their mandates, by proxy holders duly mandated by the President of POLIS acting individually or any two members of the Management Committee acting jointly.

Section 9: Financial Year and Accounts

Article 19 : Book Keeping

The financial year of POLIS will start on January, 1st. and end on December, 31st.

The Treasurer, on behalf of the Management Committee, will - prepare the accounts of the year ended, as requested by the Belgian laws, as well as the budget for the next year, and will then present these to the next General Assembly for approval.

The accounts and budget may be seen by all Members at the seat of POLIS as from the tenth day preceding the General Assembly.

Article 20: Financial Audit

If the law so requires, the General Assembly shall nominate a statutory auditor of POLIS, chosen between the members of the "Institut des Réviseurs d'Entreprise".

If POLIS is not required by law to nominate a statutory auditor, the General Assembly shall nominate every year two financial auditors, who will not be member of the Management Committee.

The financial auditors or, if applicable, the statutory auditor will report to the General Assembly.

Section 10: Dissolution and Liquidation

Article 21: Dissolution

In the event of a voluntary dissolution, the General Assembly, or, failing this, a court will appoint one or more liquidators. It will also determine their powers and the method of liquidation.

Article 22: Liquidation

In the case of dissolution of POLIS, the net balance, after payment of debts, will be donated to one or more non-profit - making associations with a similar objective, as designated by the General Assembly.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2018

Data Lanç.: 11.10.2018

Data Doc.: 11.10.2018

Doc. Origem: PROPOSTA SN

Descrição: Quota Polis

Orgânica: L18.00

DIR. MUN. MOBILIDADE E TRANSPORTES

Nº Cabimento: 5318006250

NUP: 618004443

Funcional: _____

Moeda: EUR									
Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
06.02.03.03	EXTRAPLANO	9.250,00	13.145,00	22.395,00	0,00	10.000,00	12.395,00	10.395,00	2.000,00
	Totais	9.250,00	13.145,00	22.395,00	0,00	10.000,00	12.395,00	10.395,00	2.000,00
Total do Valor Cabimentado		10.395,00							

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito _____

Visto Tribunal de Contas _____

Comunicação Adicional T. C. _____

Exigido	[]	Não Exigido	[]
Exigido	[]	Não Exigido	[]
Exigido	[]	Não Exigido	[]

DFCM
Exp. nº 683/2018
FE

Data: 11.10.2018

Hora: 16:16:39

Pág: 1 / 1

Util: MJPBETIRA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

JB
m3

DMFM
Sup. n.º 683/2018
M.

Dedaração de Fundos Disponíveis válida até 31.10.2018

Nº 1358 /2018

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

Proposta Reunião de Câmara 25/10/2018	5318006250	10.395,00 €
INF/1/DIPM/DMM/CML/18	5318006368	12.300,00 €
INF/1507/DGMT/DMMT/CML/18	5318006317	11.070,00 €
INF/33/DGT/DGMT/DMMT/CML/18	5318006416	1.452,14 €
INF/174/DGT/DGMT/DMMT/CML/18	5318006369	1.498,76 €
INF/175/DGT/DGMT/DMMT/CML/18	5318006370	2.866,64 €
INF/176/DGT/DGMT/DMMT/CML/18	5318006371	4.360,72 €
		43.943,25 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na L18.00	22.695,00 €
Valor a comprometer na L18.01	21.248,25 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 16 de Outubro de 2018

O Director de Departamento de Contabilidade


Carlos Gabriel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberados na Reunião de Câmara de 25 de outubro de 2018, a ata, o voto de pesar, as moções, o voto de saudação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação da ata n.º 41 da Reunião de Câmara de 27 de julho de 2018.

(Aprovada por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 40/2018 (Subscrito pelos Srs. Vereadores do PPD/PSD)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Rui José Silva Marques, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Moção n.º 82/2018 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do CDS/PP)

Aprovar a Moção "Pelo reconhecimento da actividade meritória da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lisboa", nos termos da moção;

Rejeitada com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	6 (4CDS/PP e 2PPD/PSD)	8 (6PS e 2Ind.)	3 (2PCP e 1BE)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 682/2018

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e a aceitação dos respetivos estatutos, bem como designar o representante do Município de Lisboa na referida Associação, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 683/2018

(Subscrita pelo Sr. Vereador Miguel Gaspar)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aprovação da adesão do Município de Lisboa à Rede POLIS, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 684/2018

(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Deliberar autorizar a adjudicação e realização da despesa, bem como submeter à Assembleia Municipal a autorização para alteração à repartição de encargos e a emissão de autorização prévia para assunção de novos valores para os compromissos previstos, para os anos económicos de 2019 a 2024, no âmbito do Concurso Público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia para “aquisição de serviços de aluguer operacional de veículos ligeiros do tipo furgão, pelo período de 60 meses, por lotes” (Processo n.º 10190/CML/17 e 04/CPI/DA/CCM/2018), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (5PS, 2Ind., 1PPD/PSD, 2PCP e 1BE)	0	3 (CDS/PP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 724/2018 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

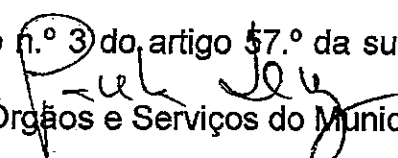
Aprovar uma abordagem de prevenção dos impactos negativos do turismo intenso, integrando o conceito de Capacidade de Carga Turística e elaborar uma “Carta do Turismo de Lisboa” como instrumento de suporte ao diagnóstico, planeamento e ordenamento da actividade turística na cidade, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 725/2018 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Ratificar o Despacho que aprovou a 22.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (6PS, 2Ind. e 1BE)	4 (3CDS/PP e 1PPD/PSD)	2 (PCP)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, eu, , Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, aos 25 de outubro de 2018

O Presidente


Fernando Medina

PROPOSTA N.º 682/2018 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS (BAD) E A ACEITAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS, BEM COMO DESIGNAR O REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA NA REFERIDA ASSOCIAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 683/2018 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A APROVAÇÃO DA ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À REDE POLIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente:- Ponto 10 e 11 da nossa Ordem de Trabalhos. Os Pontos (Propostas) 682 e 683/2018. Sr. Vereador João Gonçalves Pereira, eu preciso de saber se podemos avançar nas votações do CDS? Com os votos do CDS? Ponto 10 e 11, as Propostas 682 e 683 /2018, em conjunto. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovadas por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação em conjunto as propostas 682 e 683/2018, as quais foram aprovadas por unanimidade.